

## O sítio do programa Memória da Administração Pública Brasileira – Mapa: acesso, produção e divulgação do conhecimento em História<sup>1</sup>

Dilma Cabral<sup>2</sup>

### Resumo

O objetivo deste texto é apresentar a experiência de construção de um sítio para divulgação de um trabalho sobre história da administração pública brasileira, desenvolvido no Arquivo Nacional por um programa de pesquisa criado na década de 1980. O resultado das atividades do programa Memória da Administração Pública Brasileira – Mapa, até então apresentado no formato de um banco de dados disponível via *web*, desde 2011 vem sendo disseminado numa página própria e em diferentes meios de divulgação como livros, publicações virtuais e o *Dicionário da Administração Pública Brasileira On-Line*.<sup>3</sup> O trabalho desenvolvido no programa de pesquisa Mapa se insere no debate atual que tem colocado em questão o papel das novas tecnologias no fazer histórico, o espaço assumido pelas chamadas formas não-científicas na produção e divulgação do conhecimento em História, bem como o seu processo de produção. O alcance do trabalho produzido pelo Mapa permitirá também discutir a visibilidade adquirida por espaços de produção não acadêmica de história, como arquivos, centros de memória, museus e revistas de divulgação e, finalmente, a atuação do historiador nestes espaços.

Palavras-chave: história da administração pública, história pública, *website* de história

A elaboração de um sítio voltado para os estudos da administração pública brasileira, do período colonial ao republicano, esteve relacionada às comemorações dos 200 anos da vinda da família real para o Brasil. Se esta efeméride recebeu significativa atenção dos estudiosos sobre o tema, tendo sido publicados inúmeros livros e organizados diversos seminários nas principais universidades do país, acabou

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi apresentado no GT 11 - História Pública e Plataformas Digitais, durante o 2º Simpósio Internacional de História Pública: Perspectivas da História Pública no Brasil, realizado de 10 a 12 de setembro de 2014, na Universidade Federal Fluminense.

<sup>2</sup> Pesquisadora do Arquivo Nacional, supervisora do programa Memória da Administração Pública Brasileira – Mapa, da Coordenação-Geral de Gestão de Documentos – COGED.

por mobilizar também meios não acadêmicos, atraindo uma ampla cobertura da imprensa. Em torno da data verificou-se a apresentação de uma série de produtos para o consumo do grande público, como programas de televisão, filmes, e encartes especiais nos principais jornais e revistas.<sup>4</sup>

Nada mais adequado então que o Arquivo Nacional, que guarda em seu acervo documentos trazidos por ocasião da transferência da sede do império luso-brasileiro para o Brasil, além do que foi produzido ao longo do período 1808-1821, também integrasse esta comemoração. A instituição tem uma longa tradição em divulgar e facilitar o acesso do pesquisador às fontes de pesquisa e constituir obras de referência nas áreas de história e arquivologia. Dando continuidade a esta vocação, pretendeu-se disponibilizar para um público mais amplo o resultado das investigações em torno da administração joanina no Brasil.

O trabalho foi fruto de um projeto realizado em 2007, que integrava um programa de pesquisa permanente do Arquivo Nacional denominado Memória da Administração Pública Brasileira – MAPA. Desenvolvido a partir da década de 1980, para atender à necessidade das áreas técnicas no processo de identificação e organização dos conjuntos documentais sob a guarda institucional, o trabalho já se apresentava sob o formato de uma base de dados com informações padronizadas sobre os órgãos e cargos que compuseram a administração pública brasileira num largo recorte temporal, disponível via *web*.

Neste ponto, é importante assinalar que no momento de sua instalação o projeto Mapa inovou ao utilizar o computador como suporte à pesquisa histórica e à constituição de uma base de dados voltada para a disponibilização ao usuário de informação consolidada sobre a organização da administração colonial, tendo como base a legislação. Isto num momento que ainda era bastante escasso o uso do computador na pesquisa histórica, anterior ainda à popularização do computador

---

<sup>4</sup> Sobre a repercussão na mídia dos 200 anos da vinda da família real para o Brasil ver DINIZ, Lila. A cobertura de uma efeméride, 200 anos depois. *Observatório da Imprensa*. Disponível em: [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a\\_cobertura\\_de\\_uma\\_efemeride\\_200\\_anos\\_d\\_epoca](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a_cobertura_de_uma_efemeride_200_anos_d_epoca). Acesso em: 27 ago. 2014.

peçoal, constituindo-se na primeira base de dados do Arquivo Nacional. Desenvolvida em convênio com o IBGE, onde ficava instalada, o Arquivo dispunha de um terminal onde era realizada a alimentação e o acesso aos dados.

Migrada para o Arquivo Nacional, a base Mapa está disponível no portal da instituição, constituindo uma importante ferramenta de pesquisa para os interessados na história administrativa do país. A base permite o acesso às informações relativas não só às datas de criação e extinção de diversos órgãos ou entidades componentes da administração pública desde o período colonial, mas também referentes às suas alterações de denominação, estrutura, natureza jurídica, competência, nível hierárquico, legislação, bem como a identificação dos antecessores e sucessores de cada órgão.

Consolidado a metodologia de um trabalho voltado inicialmente para uso interno da instituição, mas que muito precocemente se tornou uma importante fonte de consulta para historiadores<sup>5</sup>, o grande desafio esteve em transformar este produto acessível e interessante para um público mais amplo. No momento em que se comemorava os 200 anos da instalação da corte portuguesa no Brasil houve a proposta de realização de um CD-ROM, que pareceu-nos apropriada para os objetivos inicial que nos colocamos: o de apresentar a estrutura dos cargos e órgão que compunham a administração joanina, além de um artigo sobre o período, biografias e uma cronologia do período.

O trabalho desenvolvido no programa de pesquisa MAPA se insere no debate atual que tem colocado em questão o papel das novas tecnologias no fazer histórico, o espaço assumido pelas chamadas formas não-científicas na produção e divulgação do conhecimento em História, bem como no seu processo de produção. Neste sentido, é importante ressaltar duas questões que perpassam a elaboração de um projeto para produção de um CD-ROM sobre a administração joanina no Brasil.

---

<sup>5</sup> Além da base de dados, disponível no portal do Arquivo Nacional no link <http://www.an.gov.br/sian/inicial.asp>, para o período colonial houve a publicação do livro *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial*, em 1985, sob organização de Graça Salgado.

Em primeiro lugar a existência de um grupo de pesquisa tendo por objeto a administração pública numa instituição arquivística. A necessidade de trabalhos sobre a temática para a identificação e organização dos fundos documentais, aliada à carência de estudos sobre a administração pública brasileira, incrementou o estabelecimento de núcleos de pesquisa com este fim nas instituições arquivísticas públicas.<sup>6</sup> O Arquivo Nacional foi precursor nessa área com o estabelecimento do projeto MAPA, que fez parte do processo de modernização porque passava a instituição no início da década de 1980, o que propiciou a formulação de uma metodologia que permitiria recuperar informações sistematizadas sobre os cargos e órgãos que compuseram a administração central e federal brasileira, como daria origem à constituição de grupos semelhantes instituídos em arquivos públicos estaduais, reforçando o caráter multidisciplinar destas instituições.

Outro aspecto é o da difusão cultural nos arquivos, que assume um papel cada vez mais relevante.<sup>7</sup> As ações de difusão cultural nas instituições arquivísticas sempre estiveram balizadas pela questão do acesso e pela divulgação das potencialidades de pesquisa de seus documentos. Tradicionalmente a editoração esteve no centro desta atividade, sendo recorrente nos arquivos públicos a publicação de repertórios de documentos, instrumentos de pesquisa e livros tendo como fonte seu acervo, além da realização de exposições, palestras e seminários.<sup>8</sup> No entanto, a internet acabou por criar uma demanda cada vez maior por disponibilização de informações, num tempo cada vez mais curto, exigindo dos arquivos um esforço em reorientar suas atividades de difusão.

Uma das primeiras demandas foi, sem dúvida, a disponibilização dos acervos pela internet, o que levou às instituições arquivísticas a investir recursos financeiros, humanos e tecnológicos na digitalização de seus documentos, bem como alterar rotinas de trabalho e estabelecer parâmetros para o tratamento e preservação da

---

<sup>6</sup> Sobre a carência de estudos sobre a administração ver CABRAL, CAMARGO, 2010.

<sup>7</sup> Para discussão sobre a difusão cultural nos arquivos ver Revista Acervo, v. 25, n. 1 (2012): Difusão cultural em arquivos.

<sup>8</sup> Sobre o assunto ver LOURENÇO, 2014.

informação digital. Se a *web* criou para o pesquisador a ilusão do acesso ilimitado às suas fontes, não sem demora verificou-se que a disponibilização dos acervos sob o formato digital implicava também em novos desafios para sua gestão e conservação.

Se inicialmente procurou-se disponibilizar os conteúdos já existentes via *internet*, o uso da nova tecnologia abriu inúmeras possibilidades, com a criação de produtos e serviços já concebidos para serem acessados pela *web*. Logo, além das atividades já tradicionais, as instituições passaram também a produzir conteúdos voltados para a difusão *on-line*, o que permitia uma maior velocidade de comunicação com seus usuários e alcance da informação, conferindo grande visibilidade aos arquivos. Uma das questões a ser ponderada é o peso das instituições arquivísticas e sua intrínseca relação com a história. Lugar por excelência da pesquisa e de produção de uma história acadêmica, os arquivos estiveram por séculos distante do público em geral.

No Brasil, a década de 1980 assinalou um momento de grandes desafios para os arquivos públicos, cujo papel foi redefinido pelo processo de redemocratização brasileira, especialmente após a Constituição de 1988. Ao assegurar ao cidadão o acesso a inúmeros direitos, notadamente o direito à informação, ampliou a participação da sociedade civil e instituiu novas demandas, impondo que o Estado fornecesse meios para atendê-las. Ao mesmo tempo, com o advento das modernas tecnologias de controle e recuperação da informação, a visão do arquivo como instituição de guarda de documentos foi substituída por aquela que o situa enquanto sistema de informação, integrado a outros sistemas, com o objetivo maior de garantir o acesso do usuário às informações produzidas ao Estado.

Ao mesmo tempo, inúmeros fatores contribuíram para a ocorrência de dois outros novos fenômenos, por um lado uma maior demanda por produtos culturais, dentre eles a história e, por outro, uma crescente oferta de livros, revistas, livros, blogs e sítios dedicados aos mais variados temas do conhecimento histórico. Importante observar que este movimento se deu, em grande parte, fora dos muros das universidades, colocando em questão aspectos variados do fazer histórico e a própria legitimidade de tais produtos elaborados por profissionais, em geral, fora do campo

especializado da história.<sup>9</sup> Ainda que a discussão extrapole os limites deste texto, no que se refere estritamente ao que está disponível na *web* defrontamo-nos com uma nova realidade, onde a rapidez da circulação e o alcance da informação convivem muitas vezes com problemas como a baixa qualidade dos textos, a ausência de autoria, bibliografia, notas ou indicação de fontes.<sup>10</sup> Assim, o consumidor desta história disponibilizada pela internet deve, em primeiro lugar, ter um olhar crítico sobre o conhecimento disponibilizado.

A pesquisa desenvolvida no programa de pesquisa MAPA se insere no ponto de convergência do debate atual que tem colocado em questão o papel das novas tecnologias no fazer histórico e o espaço assumido pelas chamadas formas não-científicas na produção e divulgação do conhecimento em história. Em primeiro lugar, o trabalho do Mapa teve como suporte o uso do computador, inicialmente na constituição de um banco de dados e, atualmente, na produção de uma página específica no portal do Arquivo Nacional.

Por outro lado, os arquivos, museus, bibliotecas e, mais recentemente, as revistas de história, sempre foram lugares privilegiados do fazer histórico. Ao mesmo tempo, dado seu caráter multidisciplinar, constituíram-se como espaços de atuação do historiador, que produziam conhecimento fora do ambiente acadêmico.<sup>11</sup> Estes historiadores executam inúmeras atividades voltadas para o público em geral tendo como ponto de partida a história acadêmica, fazendo a mediação deste conteúdo para seus usuários (LEON, 2010). Discussão recentemente incorporada ao debate acadêmico no Brasil, o conceito de história pública e a discussão sobre seu campo

---

<sup>9</sup> Podemos citar o artigo recente do historiador Jurandir Malerba, que exemplifica o tom do debate sobre a questão. Ver MALERBA, 2014.

<sup>10</sup> Sobre o campo da história e as 'obras fronteiriças' ver GLEZER; ALBIERI, 2009; GLEZER, 2005. A respeito dos aspectos teóricos metodológicos relacionados à escrita da história na era digital ver LUCCHESI, 2012.

<sup>11</sup> Não há pesquisas no Brasil que indiquem quantos historiadores estão empregados em órgãos governamentais como museus, arquivos e bibliotecas. Mas a importância destas instituições como importante mercado de trabalho para o historiador pode ser evidenciada pelo evento ocorrido em 2012, no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), promovido pela Associação Nacional de História (ANPUH-Brasil), "O perfil profissional dos historiadores atuantes em arquivos".

acabaram por conferir um 'lugar' às atividades que historiadores já realizavam nestas instituições.

Muitas destas questões arroladas anteriormente já faziam parte de nosso universo profissional no Arquivo Nacional. Ao pensarmos na elaboração de um produto que pudesse aproximar o usuário do tipo de pesquisa que realizávamos tivemos que debater os contornos e limites do tipo de conhecimento que produzíamos, sua distinção com a história acadêmica e para quem se destinava. O projeto de CD-ROM acabou por transformar-se sítio onde se apresenta uma série de produtos que se sustentam no fazer histórico, mas que precisa, ao mesmo tempo, ser acessível a um público amplo e variado.

Por isso, além de expor os projetos realizados pela equipe, a principal proposta foi a realização de um dicionário sobre a administração pública brasileira, acompanhado de seções que disponibilizavam cronologias da história político-administrativa, textos curtos sobre as secretarias de Estado no século XIX e biografias de personagens de destaque. Enfim, seguindo a tradição editorial do Arquivo Nacional pretendemos constituir a página do Mapa como um espaço de referência para consultas sobre a administração pública e, ao mesmo tempo, de divulgação do acervo sob a guarda institucional. Todo material divulgado procura relacionar os fundos documentais que podem constituir-se como fonte ao pesquisador interessado, o que cumpre uma das missões institucionais do Arquivo Nacional e reafirma uma longa tradição editorial.

Neste aspecto, duas questões se colocam ao discutirmos a produção de textos de história para *web*. Em primeiro lugar, este material pretende ser acessível a um público mais amplo, o que requer do historiador novas habilidades. Sem perder de perspectiva os instrumentais fornecidos pela história problema, o debate historiográfico ou as mais recentes publicações sobre a temática de que tratamos, precisamos construir uma escrita mais adequada um público não especializado, que não nossos pares.

Assim, se a *web* nos permite socializar o conhecimento histórico, devemos ter clareza de que acabamos por filiar-nos a uma nova narrativa, despida dos cânones do academicismo, onde o sujeito já não é a produção de conhecimento sobre o passado, mas a sua apropriação e o uso do passado. Isto nem sempre é fácil, frequentemente nos questionamos se determinado texto expressa o debate sobre um tema em todas as suas facetas, ao mesmo tempo em que indagamos a sua adequação a um leitor não acadêmico. Ainda temos um longo caminho para descobrir e incorporar novas formas de aproximar o historiador e a produção historiográfica do grande público.

Uma segunda questão é sobre o processo de produção e a forma que a escrita adquire. Ao escrevermos para *web* é o público que assume o lugar central do processo de produção, para ele destina-se o texto, o que torna a questão da acessibilidade fundamental. Por outro lado, sob o formato eletrônico o trabalho assume o formato aberto, não seqüencial ou linear, o que afeta igualmente a sua produção, já que é pensado junto dos *links* em que estarão ligados, sejam escritos ou imagens. Logo, o texto produzido para *web* confere ao leitor autonomia para escolher como, dentre as opções fornecidas, conduzirá sua leitura.<sup>12</sup> Esta característica, intrínseca à hipertextualidade, constrói novos textos e novos sentidos ao material produzido, onde a possibilidade de percurso que pensamos pode ser completamente subvertida pelo leitor. Conforme Marcuschi (1999):

O hipertexto não é um gênero textual nem um simples suporte de gêneros diversos, mas um tipo de escritura. É uma forma de organização cognitiva e referencial cujos princípios constituem um conjunto de possibilidades estruturais que caracterizam ações e decisões cognitivas baseadas em (séries de) referências não contínuas e não progressivas. Considerando que a linearidade lingüística sempre constituiu um princípio básico de teorização (formal ou funcional) da língua, o hipertexto rompe esse padrão em alguns níveis. Nele, não se observa uma ordem de construção, mas possibilidades de construção textual plurilinearizada. (MARCUSCHI, 1999, p. 21)

---

<sup>12</sup> Há uma vasta bibliografia que trata da questão da linguagem e do discurso nos hipertextos. Como sugestão de leitura ver COSCARELLI, 2012.

Logo, o hipertexto caba por conferir ao trabalho um formato inacabado ou, pelo menos, em constante reformulação e complementação, quando novos adendos vão se somando ao já escrito. As questões decorrentes deste formato hipertextual na narrativa histórica digital, ainda carece de uma discussão mais ampla, as mudanças não dizem respeito apenas ao suporte digital, mas a própria forma de estruturar e conduzir a escrita da história. Assim, se a compreensão, o sentido e o formato adquirido pelo texto na *web* são elementos fundamentais em sua produção, os *hiperlinks* acabam também por interferir em sua leitura, pois podem funcionar como elementos importantes ao estimular ou desencorajar o leitor na navegação de um sítio.

Sem dúvida, o formato hipertextual confere ao leitor autonomia para explorar as diversas possibilidades abertas, estabelecendo suas próprias conexões. Por outro lado, somo levados ao esforço de tentar antecipar as necessidades do leitor, prever seus interesses e suas rotas exploratórias, ampliando suas conexões. Não discutiremos aqui a questão da interatividade, que transcende a proposta deste texto, mas sem dúvida o processo de escrita e leitura em ambiente virtual, tendo hipertextualidade como o ponto de troca entre autor e leitor, necessariamente conduz para a busca de formas de ampliação deste diálogo. Se, em nosso caso, ainda estamos distantes de uma proposta colaborativa, numa participação mais ativa do leitor na construção do texto, orientamo-nos pela perspectiva de seu papel ativo neste processo. Ao fazer suas escolhas de conexões e estabelecer seus caminhos, o leitor define a estrutura de 'seu texto', produz sentido e significados a partir de suas experiências, assumindo neste processo um papel ativo.

A estrutura da página do Mapa foi pensada para apresentar ao usuário não somente os produtos acabado, mas também os projetos que são desenvolvidos, de onde resultam os trabalhos expostos, bem como sua metodologia. A possibilidade aberta pela disponibilização via *web* dos produtos das pesquisas confere, além da óbvia agilidade, a possibilidade única de adicionar novos elementos e realizar novas conexões, mas também selecionar e eliminar os excessos, as ligações que não funcionaram ou as que não alcançaram o significado pretendido no texto.

Assim, na página do Mapa procuramos apresentar um pouco de sua própria historicidade, objetivos, metodologia de trabalho, os produtos disponíveis e os que ainda estão por vir. Mas são as ligações possíveis no texto originalmente escrito para as diferentes pesquisas, exposto na série de publicações virtuais *Cadernos Mapa* ou no *Dicionário da Administração Pública Brasileira On-Line*, que tem nos permitido refletir sobre o processo de escrita da história para a *web* e a criação de *hiperlinks* que agreguem ao trabalho novos blocos textuais e, portanto, possibilite ao leitor uma experiência orientada pela intertextualidade.

### **Bibliografia**

ALMEIDA, Juniele R.; ROVAI, Marta (org.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

CABRAL, Dilma (org); CAMARGO, Angélica Ricci. *Estado e administração: a corte joanina no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010.

CAVALCANTE, Marianne Carvalho Bezerra. Mapeamento de produção de sentido: os links no hipertexto. In: MARCHUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antônio Carlos (Org.). *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 198-220.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

COSCARELLI, Carla (org.). *Hipertextos na teoria e na prática*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

FIGUEIREDO, Luciano R. História e Informática: o uso do computador. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

GLEZER, Raquel. A história nas bancas de jornais. *Eclética 2005*. Publicação eventual do Departamento de História/ FFLCH/ USP. A História em Bancas de Jornal. Disponível em: <<https://goo.gl/yKKfgp>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

GLEZER, Raquel; ALBIERI, Sara. O campo da história e as “obras fronteiriças”: algumas observações sobre a produção historiográfica brasileira e uma proposta de conciliação. *Revista IEB*, São Paulo, n. 48, p. 15-30, mar. 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/fe1wCM>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

LEON, Sharon. La historia digital y la “historia pública”. Disponível em: <<https://goo.gl/12HgJ2>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

LOURENÇO, Mariana Simões. DO ACERVO AO LIVRO. As Publicações do Arquivo Nacional (1886-1922). 2014. 190f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014.

LUCCHESI, Anita. Histórias no Ciberespaço: Viagens sem Mapas, sem Referências e sem Paradeiros no Território Incógnito da Web. *Cadernos do Tempo Presente*, Rio de Janeiro, n. 6, jan. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/E9VNr6>>. Acesso em: 22 ago 2014.

\_\_\_\_\_. Por um debate sobre História e Historiografia Digital. *Boletim Historiar*, n. 02, mar. /abr. 2014, p. 45-57. Disponível em: <<https://goo.gl/RF6WGM>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 15, p. 27-50, ago. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/wYwqbG>>. Acesso: 2 set. 2014.

MARCUSCHI, L. A. Linearização, cognição e referência: o desafio do hipertexto. *Línguas e instrumentos lingüísticos*, Campinas, n. 3, p. 21-45, 1999. Disponível em: <<https://goo.gl/9bpsDx>>. Acesso em: 2 set. 2014.

PALACIOS, Marcos. Hipertexto, Fechamento e o uso do conceito de não-linearidade discursiva. *Lugar Comum*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 111-121, 1999.